

Divisão Académica

Licenciatura
2014-2015

DIREITO DO URBANISMO
3.º ANO – TURMA B

PROF. DOUTOR JOÃO MIRANDA
(joamiranda@fd.ul.pt)

SUMÁRIO

A leção de Direito do Urbanismo procura proporcionar aos alunos a oportunidade para aprofundarem uma temática que, não obstante a sua filiação na dogmática do Direito Administrativo, justifica um tratamento autónomo. A sua inclusão no plano de estudos no mesmo ano da disciplina de Direitos Reais revela-se igualmente positiva, pois permite a apresentação de uma perspetiva juspublicística de matérias lecionadas nessa disciplina, nomeadamente das que se prendem com o direito de propriedade privada e com as relações jurídicas de vizinhança.

O programa da disciplina privilegia uma abordagem jurídica das matérias, embora o seu carácter interdisciplinar obrigue a estabelecer as necessárias relações com outros ramos científicos.

O programa está estruturado em sete capítulos fundamentais: a cidade; a função pública urbanística; a Administração Pública do urbanismo; o solo urbano; o planeamento urbanístico; a urbanização e a edificação; o contencioso do urbanismo.

PROGRAMA

I
A CIDADE

1. A ideia de cidade
 - §º A cidade e o campo
 - §º A cidade e o urbano
2. Os elementos da composição urbana
 - §º Morfologia e tipologias urbanas
 - §º O espaço público
 - §º As infraestruturas e serviços urbano
 - §º Os equipamentos coletivos
 - §º A edificação privada
3. A cidade na história
 - §º A cidade na antiguidade clássica
 - §º A cidade medieval
 - §º A cidade moderna
 - §º A cidade pós-moderna

Divisão Académica

4. Os vários olhares sobre a cidade
 - §º A História Urbana
 - §º O Urbanismo
 - §º A Geografia Urbana
 - §º A Sociologia Urbana
 - §º A Economia Urbana
 - §º A Política Urbana
5. A cidade como fenómeno jurídico
 - §º O Direito da Cidade
 - §º O direito à cidade
 - §º O Direito do Urbanismo

II

A FUNÇÃO PÚBLICA URBANÍSTICA

1. O debate atual sobre a intervenção pública no urbanismo
 - §º Iniciativa pública e iniciativa privada no urbanismo
 - §º Fundamentos da intervenção pública
 - §º A crise das conceções dirigistas
 - §º A regulação pública e os seus modelos alternativos
2. A tarefa pública urbanística
 - §º Tarefa pública urbanística e fins do Estado
 - §º Tarefa urbanística na Constituição (remissão)
 - §º A política pública urbanística
3. Objeto, conceito e natureza do Direito do Urbanismo
 - §º Objeto
 - §º Conceito
 - §º Natureza
4. O Direito do Urbanismo como ramo do direito
 - §º A autonomia científica e pedagógica do Direito do Urbanismo
 - §º O Direito do Urbanismo e as disciplinas jurídicas afins
 - O Direito do Urbanismo e Direito do Ordenamento do Território
 - O Direito do Urbanismo e o Direito do Ambiente
 - O Direito do Urbanismo e o Direito da Construção
5. As fontes do Direito do Urbanismo
 - §º A Constituição do Urbanismo
 - §º O Direito Internacional do Urbanismo
 - Convenções internacionais em matéria urbanística
 - O Direito Europeu do Urbanismo
 - §º A legislação urbanística
 - §º Os regulamentos urbanísticos
 - Regulamentos urbanísticos e regulamentos edificatórios
 - As normas de planeamento urbanístico (remissão)
 - §º As normas técnicas urbanísticas

III

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO URBANISMO

Divisão Académica

1. As entidades administrativas com atribuições e competências em matéria de ordenamento do território e de urbanismo
 - §º A Administração Pública estadual, regional e local
 - §º A repartição de atribuições e competências entre o Estado e as autarquias locais
2. As entidades privadas colaboradoras da Administração urbanística
 - §º O exercício da função pública urbanística por particulares
 - Conceito e delimitação
 - Formas de colaboração dos particulares (remissão)
 - Limites

IV O SOLO URBANO

1. O Estatuto jurídico do solo
 - §º Propriedade, urbanismo e Constituição
 - §º O regime urbanístico da propriedade privada
 - §º Domínio público e urbanismo
2. Servidões administrativas e restrições de utilidade pública
 - §º As relações entre os planos municipais e as Reservas Agrícola e Ecológica Nacional
3. Constituição e gestão de patrimónios imobiliários públicos
 - §º A expropriação por utilidade pública urbanística
 - §º O direito de preferência da Administração
 - §º O direito de superfície

V O PLANEAMENTO URBANÍSTICO

1. O sistema de planeamento territorial
 - §º Âmbito espacial dos instrumentos de planeamento territorial. Os planos e programas de âmbito nacional, regional e municipal
 - §º Âmbito material dos instrumentos de planeamento territorial. Ordenamento do território, urbanismo e a ponderação de interesses públicos e privados
 - §º As relações entre os planos
 - Critérios de resolução de antinomias entre normas de planos
 - As relações entre planos supramunicipais e entre estes e os municipais
 - As relações entre os planos municipais
 - Modos de autorregulação do sistema de planeamento
 - §º A vinculação jurídica dos instrumentos de planeamento
 - §º A avaliação ambiental dos instrumentos de planeamento
2. O planeamento urbanístico municipal
 - §º Tipologia, funções e natureza jurídica dos instrumentos de planeamento municipal
 - §º O procedimento de elaboração e aprovação dos planos municipais
 - §º O conteúdo material dos planos municipais. A classificação e a qualificação do solo
 - §º A contratualização do planeamento urbanístico municipal
 - §º A dinâmica dos instrumentos de planeamento municipal. Suspensão, alteração e revisão dos planos
 - §º Medidas cautelares de planos municipais

Divisão Académica

§º A sucessão de planos municipais. A compensação e a indemnização pelo sacrifício de direitos urbanísticos

§º Programação e execução dos planos municipais.

- A programação pública da execução e a colaboração privada
- Sistemas de execução dos planos
- Instrumentos de execução dos planos
- A perequação compensatória de benefícios e encargos resultantes dos planos

VI

A URBANIZAÇÃO E A EDIFICAÇÃO

1. A divisão da propriedade para fins urbanísticos

§º A relação entre a estrutura fundiária e a forma urbana. O parcelamento, o reparcelamento e o emparcelamento de terrenos para fins urbanísticos

§º Controlo prévio das operações de loteamento urbano.

§º O estatuto jurídico do lote de terreno para construção

2. A infraestruturização do território

§º Controlo prévio das obras de urbanização

§º Os contratos de urbanização

§º As contrapartidas patrimoniais da urbanização. Cedências, compensações e taxas urbanísticas

3. A edificação

§º Controlo prévio da realização de obras de edificação

§º Ilegalidade e reposição da legalidade. As medidas de tutela de legalidade urbanística

§º A reconversão das áreas urbanas de génese ilegal

4. A utilização e a conservação do edificado

§º Controlo prévio da utilização dos edifícios

§º Conservação do edificado e polícia das edificações

§º A reabilitação urbana

VII

O CONTENCIOSO DO URBANISMO

1.0 Contencioso do Urbanismo como Contencioso Administrativo

2. O Contencioso Administrativo do Urbanismo

§ Contencioso dos planos urbanísticos

- Impugnação contenciosa indireta ou incidental de planos
- Impugnação contenciosa direta: a declaração de ilegalidade com e sem força obrigatória geral

- Declaração de ilegalidade por omissão de planos

§ Contencioso dos atos administrativos de gestão urbanística

- Impugnação contenciosa de atos
- Pedido de condenação à prática de ato legalmente devido
- Especificidades da ação proposta pelo Ministério Público

§ Contencioso dos contratos urbanísticos

- Litígios respeitantes à interpretação, validade ou execução dos contratos
- Litígios relativos à validade dos atos pré-contratuais



Divisão Académica

§ Contencioso da responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas no âmbito urbanístico

- Responsabilidade civil por ato lícito
- Responsabilidade civil por ato ilícito

§ Breve referência aos processos cautelares no urbanismo

3. Competência dos tribunais judiciais em matéria urbanística

§ Ilícitos criminais e contraordenacionais

§ Litígios jurídico-privados respeitantes à urbanização e à edificação

§ Litígios sobre o valor da indemnização por expropriações urbanísticas

4. A arbitragem no urbanismo

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL*

AA. VV. – Direito do Urbanismo (1989). Oeiras: Almedina.

AA.VV. – Dossier Nova Lei de Bases do Solo, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), junho de 2014, disponível para consulta em <http://e-publica.pt/>.

Almeida, António Duarte de. (1995). A função das medidas preventivas e a liberdade de conformação de planos urbanísticos. *Dissertação de Mestrado*. Universidade de Lisboa: Policopiado.

Amaral, Diogo Freitas do. (1993). Direito do Urbanismo (Sumários). Lisboa: policopiado.

Amaral, Diogo Freitas do. (1994). Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente: Objecto, autonomia e distinções. *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente, Junho* (1), pp. 11-22.

Correia, Fernando Alves. (1989). O plano urbanístico e o princípio da igualdade. Coimbra: Almedina.

Correia, Fernando Alves. (2008). Manual de Direito do Urbanismo (4ª ed. Vol. I). Coimbra: Almedina.

Correia, Fernando Alves. (2010). Manual de Direito do Urbanismo (Vol. II). Coimbra: Almedina.

Correia, Fernando Alves. (2010). Manual de Direito do Urbanismo (Vol. III). Coimbra: Almedina.

Folque, André. (2007). Curso de Direito da Urbanização e da Edificação. Coimbra: Coimbra Editora.

Garcia, Maria da Glória. (1999). Direito do Urbanismo. Lisboa: Lex.

Garcia, Maria da Glória. (2010). Constituição e ordenamento do território. In Fernando Gonçalves, Zélia Gil Pinheiro & João Ferreira Bento (Coords.), Os dez anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo. Génesis e evolução do sistema de gestão territorial, 1998-2008 (pp. 23-32). Lisboa: Ad Urbem.

Gonçalves, Fernando. (1989). Evolução histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851-1988). In Direito do Urbanismo (Comunicações apresentadas no curso realizado no Instituto Nacional da Administração) (pp. 225-268).

Miranda, João. (1998). As relações entre planos territoriais - Alguns problemas. *Revista Jurídica da AAFDL* (22).

Miranda, João. (2002). A dinâmica do planeamento territorial (a alteração, a revisão e a suspensão de planos). Coimbra: Coimbra Editora.

Divisão Académica

- Miranda, João. (2006). O papel dos particulares na execução dos planos territoriais - uma breve abordagem à luz do direito português. *Revista de Derecho de la Universidad Nacional de Educación a Distancia*, pp. 497-508.
- Miranda, João. (2012). A função pública urbanística e o seu exercício por particulares. Coimbra: Coimbra Editora.
- Miranda, João. (2012). Da admissibilidade de realização de uma pluralidade de operações urbanísticas numa unidade de execução, in *Direito Regional e Local*, n.º 20, pp. 27 e ss.
- Miranda, João. (2013). Comentário ao Acórdão Helmut Müller (Contratos de empreitada de obras públicas), in *Jurisprudência Cunha Rodrigues – Comentários*, Lisboa, 2013, pp. 215 e ss.
- Monteiro, Claudio. (1995). O embargo e a demolição de obras no Direito do Urbanismo. *Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas*. Universidade de Lisboa: Policopiado.
- Monteiro, Claudio. (2003). A lei do mais próximo: as relações entre planos no sistema de gestão territorial. *GeoINova - Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa* (7), pp. 151-165.
- Monteiro, Claudio. (2006). Cidade, Democracia e Direito. A autonomia do poder local em matéria urbanística. In Álvaro Domingos (Coord.), *Cidade e Democracia. 30 Anos Transformação Urbana em Portugal* (pp. 394-399). Lisboa: Argumentum.
- Monteiro, Claudio. (2006). A perequação compensatória dos encargos e benefícios do planeamento urbanístico. In *Estudos jurídicos e económicos em homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco* (Vol. III, pp. 591-613). Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Monteiro, Claudio. (2008). Urbanismo e interesses públicos diferenciados. O novo regime de consultas a entidades externas nos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas. *Revista de Direito Local e Regional* (4), pp. 12-20.
- Monteiro, Claudio. (2010). Escrever Direito por linhas rectas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833). Lisboa: AAFDL
- Monteiro, Claudio. (2010). A função social da propriedade dos solos urbanos: tópicos para a revisão da Lei dos Solos, in *"Os Dez Anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo. Génesis e Evolução do sistema de Gestão Territorial 1998-2008"*, Lisboa: Ad Urbem.
- Monteiro, Claudio. (2010). A fiscalização das operações urbanísticas, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Manuel Sérvulo Correia* (Vol. IV, pp. 419-443). Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Monteiro, Claudio. (2010). O embargo de obras no regime jurídico da urbanização e da edificação, in *Homenagem ao Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral* (pp. 1143-1179). Coimbra: Almedina.
- Monteiro, Claudio. (2013). O domínio da cidade. A propriedade à prova no Direito do Urbanismo. Lisboa: AAFDL.
- Neves, Paulo Dias. Ministério Público e Urbanismo (2013). Sobre a impugnação contenciosa de atos de gestão urbanística pelo Ministério Público. Cascais: Principia.
- Novais, Jorge Reis. (2006). Ainda sobre o *jus aedificandi* (... mas agora como problema de Direitos Fundamentais). In *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco* (pp. 493-521). Coimbra: Coimbra Editora.
- Oliveira, Fernanda Paula. (2009). Portugal: Território e ordenamento. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, Fernanda Paula. (2010). Direito do Urbanismo. Do planeamento à gestão. Braga: Cejur.



Divisão Académica

- Oliveira, Fernanda Paula. (2011). A discricionariedade de planeamento urbanístico na dogmática geral da discricionariedade administrativa. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, Fernanda Paula. (2011). Nulidades urbanísticas. Casos e coisas. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, Fernanda Paula; Lopes, Dulce; Alves, Cláudia. Regime Jurídico da Reabilitação Urbana comentado (2011). Coimbra: Almedina.
- Oliveira, Fernanda Paula, Neves; Maria José Castanheira, Lopes, Dulce; Maças, Fernanda. (2012). Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação comentado (4ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Oliveira, Fernanda Paula; Lopes, Dulce (2013). Execução programada de planos municipais. As unidades de execução como instrumento de programação urbanística e o reparcelamento urbano como figura pluriforme. Coimbra: Coimbra Editora.
- Pires, Gonçalo Reino. (2005). A classificação e a qualificação do solo por planos municipais de ordenamento do território (Contributo para a compreensão do seu regime substantivo e para a determinação do regime da sua impugnação contenciosa). *Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas*. Universidade de Lisboa: Policopiado.

*Durante as aulas serão fornecidas indicações bibliográficas específicas para cada parágrafo do programa.

REVISTAS JURÍDICAS PORTUGUESAS DA ESPECIALIDADE

- Cadernos de Justiça Administrativa.
- Direito Regional e Local.
- Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente.
- Revista do Centro de Estudos do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente.
- Revista de Direito do Ambiente e Ordenamento do Território.

BLOGUE DA DISCIPLINA

Os elementos de trabalho da disciplina podem ser consultados no blogue urbsfdl@blogspot.pt.

AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

A avaliação contínua na disciplina de Direito do Urbanismo assenta nos seguintes elementos de avaliação:

- a) Realização de um teste escrito na data de realização das provas escritas de avaliação contínua, fixada pelo Diretor;
- b) Elaboração de um trabalho escrito de pesquisa e investigação ou de um comentário de jurisprudência sobre uma decisão judicial a escolher pelo aluno;
- c) Resolução de hipóteses práticas;
- d) Realização de debates sobre temas constantes do programa;
- d) Participação oral nas aulas práticas.

A obtenção de classificação positiva pelo aluno no âmbito do método de avaliação contínua dispensa-o da realização de exame escrito e envolve a aprovação na disciplina, sem prejuízo



Divisão Académica

do respetivo direito de realização de prova oral para melhoria de nota. O aluno que obtiver oito ou nove valores de classificação de avaliação contínua irá diretamente à prova oral, sem necessidade de realização de exame escrito. A atribuição de nota de classificação de avaliação contínua igual ou inferior a sete valores significa a reprovação na disciplina.